
Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente*

Sumário

Relatório dos auditores independentes.....	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro ("Planejar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planejar em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Planejar, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Planejar é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Planejar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Planejar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Os responsáveis pela governança da Planejar são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Planejar.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.



Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de abril de 2022

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Balço patrimonial em 31 de dezembro

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	2021	2020 (Reapresentado Nota 3.14)		Nota Explicativa	2021	2020 (Reapresentado Nota 3.14)
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente de caixa	4	11.838.053	6.275.374	Fornecedores	10	762.110	655.026
Títulos e Valores Mobiliários	5	7.627.138	7.237.746	Obrigações trabalhistas	11	59.464	48.900
Contas a receber	6	2.221.748	2.013.465	Obrigações tributárias	12	258.592	161.680
Adiantamentos	7	327.084	72.699	Outras contas a pagar		39.159	11.514
Impostos a recuperar		3.251	1.364	Adiantamento de clientes	13	110.320	676.340
Despesas antecipadas		2.885	4.113			1.229.645	1.553.460
		22.020.159	15.604.761	Não circulante			
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais	19	3.357.410	2.721.267	Provisão para riscos fiscais	19	3.707.444	3.014.028
Garantias e Cauções	8	36.000	36.000			3.707.444	3.014.028
Imobilizado líquido	9	23.777	31.170	Patrimônio líquido			
Intangível líquido	9	868.265	802.910	Patrimônio Social	14	14.628.620	14.628.620
		4.285.452	3.591.347	Superávit do exercício		6.739.902	-
						21.368.522	14.628.620
Total do ativo		26.305.611	19.196.108	Total do passivo e do patrimônio líquido		26.305.611	19.196.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em 31 de Dezembro de 2021

(Em Reais)

	Nota Explicativa	2021	2020 (Reapresentado Nota 3.14)
(=) Receita operacional líquida	15	<u>17.951.081</u>	<u>10.881.025</u>
(+/-) Despesas / receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(12.666.451)	(7.686.808)
Outras receitas operacionais	20	857.188	54.356
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>6.141.818</u>	<u>3.248.573</u>
Receita financeira	17	994.345	505.605
Despesa financeira	17	(396.261)	(405.630)
(=) Superávit operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<u>6.739.902</u>	<u>3.348.548</u>
(=) Superávit do exercício		<u>6.739.902</u>	<u>3.348.548</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Nota Explicativa	<u>2021</u>	<u>2020</u> (Reapresentado Nota 3.14)
Sperávit do exercício		6.739.902	3.348.548
Outros componentes do resultado abrangente	3.14	-	781.258
Sperávit abrangente		<u>6.739.902</u>	<u>4.129.806</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.462.711	2.817.360	11.280.072
Transferência para o patrimônio social	2.817.360	(2.817.360)	-
Superávit do exercício	-	3.348.548	3.348.548
Saldo em 31 de Dezembro de 2020 (Reapresentado)	11.280.071	3.348.548	14.628.620
Transferência para o patrimônio social	3.348.548	(3.348.548)	-
Superávit do exercício	-	6.739.902	6.739.902
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	14.628.620	6.739.902	21.368.522

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota Explicativa	2021	2020 (Reapresentado Nota 3.14)
Sperávit do exercício		6.739.902	3.348.548
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	9	109.562	15.072
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6 e 9	(7.628)	(323.724)
Atualização dos depósitos judiciais e provisões para riscos fiscais		-	(49)
Provisão para riscos fiscais	16 e 19	(873.557)	(423.418)
		<u>5.968.279</u>	<u>2.616.429</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Aumento / Diminuição no Contas a Receber		(200.655)	221.407
Aumento / Diminuição nos adiantamentos		(254.385)	27.204
Aumento / Diminuição nos Impostos a Recuperar		(1.886)	(1.364)
Aumento / Diminuição nas despesas antecipadas		1.228	(4.113)
Aumento / Diminuição nos depósitos judiciais e cauções		(636.143)	(398.012)
Aumento / Diminuição em Fornecedores		134.729	191.313
Aumento / Diminuição em Obrigações trabalhistas		10.564	(110.108)
Aumento / Diminuição em Obrigações tributárias		96.912	50.452
Aumento / Diminuição nos adiantamentos de clientes		(566.020)	261.414
Aumento / Diminuição em Provisão para riscos fiscais		1.566.973	945.181
Caixa líquido das atividades operacionais		<u>151.317</u>	<u>1.183.374</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado	9	-	31.627
Aquisições de bens Intangíveis	9	(167.524)	(801.500)
Títulos e valores mobiliários	5	(389.392)	(7.237.746)
Caixa líquido das atividades de investimentos		<u>(556.916)</u>	<u>(8.007.619)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido das atividades de financiamentos		<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento / Redução líquido de caixa		<u>5.562.680</u>	<u>(4.207.815)</u>
Caixa no início do exercício		6.275.374	10.483.189
Caixa no final do exercício		11.838.053	6.275.374
Aumento / Redução líquido de caixa		<u>5.562.679</u>	<u>(4.207.815)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto operacional

A Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Profº Atílio Innocenti, 165, 6º andar – CEP: 04538-000, é uma entidade criada em novembro de 2016. Anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF, fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira. É uma entidade de autorregulação, não governamental e sem fins lucrativos. A Associação tem o papel de implantar, certificar e controlar a atividade de planejador financeiro pessoal, necessária ao atendimento de uma demanda crescente da população brasileira, assim como de representar os profissionais de planejamento financeiro perante o mercado, governo e sociedade.

1.1 A Planejar possui os seguintes objetivos sociais:

A Certificação de indivíduos pessoas físicas, mediante o atendimento de determinados critérios de educação, conhecimento profissional, experiência, fundamentos éticos e demais critérios verificados por exame e outras formas de avaliação;

A promoção, o desenvolvimento e estabelecimento de processos, modelos e padrões de excelência profissional para profissionais que se dedicam à atividade de planejamento financeiro pessoal, em conformidade com critérios próprios adotados por organizações semelhantes em outros países, de forma a adequá-los às características culturais específicas brasileiras;

Apresentação e promoção de princípios e habilidades profissionais, objetivando o benefício do público em geral, por meio da atuação dos planejadores financeiros pessoais (“Planejadores Financeiros”);

Representar os interesses de seus associados perante organismos governamentais e autoridades responsáveis pela regulamentação de legislações pertinentes, bem como atuar visando o reconhecimento do profissional Planejador Financeiro junto às autoridades governamentais e regulatórias;

Informar, divulgar e incrementar junto ao público o conhecimento a respeito da legislação dos produtos e serviços promovidos pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional e da atuação das instituições e indivíduos intermediários, pessoas físicas e jurídicas;

Promover, amplamente, a divulgação do que seja o processo de planejamento financeiro pessoal (“Processo de Planejamento Financeiro Pessoal”);

A promoção e cooperação entre a Planejar e organizações ligadas aos mercados financeiro, de capitais, securitário, previdenciário e assemelhados que possam ter relação e interesse com a Planejar, bem como entidades e autoridades governamentais do Brasil e do exterior;

Participar como sócio, associado e/ou membro de quaisquer outros institutos e/ou associações;

Promover ou apoiar congressos, seminários, cursos, palestras, associações ou outras entidades de âmbito nacional ou internacional que estimulem e divulguem um maior conhecimento de temas relacionados aos objetivos da Planejar; e

Desenvolver outras atividades correlatas aos objetivos da Planejar.

A profissão de planejador financeiro certificado surgiu nos Estados Unidos na década de 80. Em 2004, com o crescimento da certificação CFP®, foi criado o Financial Planning Standards Board - FPSB, responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos. Hoje, o FPSB congrega e supervisiona entidades afiliadas de planejamento financeiro em 26 países, com cerca de 203 mil profissionais certificados.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

O planejador financeiro Certified Financial Planner - CFP® é um multiespecialista, com visão estratégica e conhecimentos de planejamento financeiro, administração de investimentos, planejamento de aposentadoria e previdência, gerenciamento de riscos, seguros, fiscal e sucessório. O profissional CFP® atua como um consultor, que avalia os objetivos, expectativas e necessidades de cada cliente visando desenvolver, apresentar e executar estratégias de planejamento financeiro adequadas ao perfil do cliente. Por ser multiespecialista, este profissional pode atuar como autônomo ou empregado de grupos financeiros, seguradoras, entidades de previdência complementar e demais áreas do planejamento financeiro pessoal. Para se tornar um profissional certificado e obter o direito de uso da marca CFP®, a Planejar avalia conhecimentos técnicos, formação, experiência profissional e a postura de seus candidatos. Para manter a certificação, este profissional deverá permanecer em contínuo aperfeiçoamento.

A Planejar é o detentor dos direitos sobre as marcas da Certificação Profissional Financeiro (CFP®) no Brasil, através de um acordo assinado por prazo indeterminado, com o Financial Planning Standards Board – FPSB americano, que foi criado em 2004 por conta do crescimento de certificação e é responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso de marcas CFP® fora dos Estados Unidos.

No Brasil, a Planejar é a única entidade afiliada ao FPSB e autorizada a conceder a certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação, resumidos nos 4 E's Exame, Educação, Experiência profissional e Ética.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, foi aprovada a inclusão da Anbima – Associação brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, como Associada sênior da Planejar, com poderes estatutários para exercer a gestão da Associação e com a missão de promover entre os bancos associados a certificação CFP® e difundir o reconhecimento e credibilidade desta marca no Brasil, especialmente junto à comunidade financeira e o público em geral

As fontes de recursos para a Associação atingir seus objetivos e a manutenção de suas atividades são provenientes, substancialmente, das contribuições dos associados e as receitas com inscrições de certificação profissional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os pronunciamentos técnicos e o Pronunciamento Técnico PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela ITG 2002 (R1) em convergência as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho de Normas internacionais de Contabilidade (IASB) e pela ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros e são apresentadas em Reais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 30 de março de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Cotas de Fundo de Investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento aberto estão demonstradas ao valor de aplicação atualizado pelo valor da cota da data do balanço fornecido pelo administrador do fundo. Os resultados dessas aplicações são reconhecidos em “resultados financeiros líquidos”.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela receita de anuidades, Inscrições de certificação profissional, inscrições em eventos, patrocínios, cursos e treinamentos e contribuição Associativa. Os valores estão registrados pelo valor nominal das receitas conforme o serviço realizado. A Associação adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis de cartão de crédito.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição de construção, incorrido até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 9).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, como segue:

Ativo imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis demonstrados possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada, e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são também submetidos a teste para análise do seu valor, que é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que inclui o fluxo de caixa futuro descontado e análise de dados de mercado comparáveis.

a) Software e aplicativos

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

A Companhia em 2020 investiu em desenvolvimento de software para um novo sistema de backoffice e plataforma EAD.

3.6. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativo não financeiro que não estão sujeitos à amortização ou depreciação.

3.7. *Outros ativos e passivos*

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

3.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Baixa para perda e provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

A administração instituiu metodologia que determina que títulos e créditos a receber nos períodos e montantes estipulados abaixo serão baixados contabilmente para perda:

- Vencidos há mais de seis meses até R\$ 15.000 (quinze mil reais);
- Vencidos há mais de um ano acima R\$ 15.000 (quinze mil reais) até R\$ 100.000 (cem mil reais); e
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para seu recebimento.

A administração avaliou e adotou a política de constituição PCLD equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

3.10. Patrimônio Líquido

Após deliberação em Assembleia pelos associados, o superávit ou déficit anual é destinado para a formação do patrimônio social.

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foi necessário a contabilização de nenhum ajuste por impairment.

3.11. Subvenções

As subvenções recebidas pela Associação são reconhecidas no resultado a medida que transcorra efetivação dos gastos durante o exercício, conforme critérios definidos no acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

3.12. Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros em empreendimentos e débitos com partes relacionadas.

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

3.13. Apuração do resultado

As contribuições com anuidades, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Após aprovação em assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para a rubrica “Patrimônio Social”.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que a Associação se caracteriza como uma associação civil sem finalidade de lucros.

3.14. Reapresentação de cifras comparativas

Adiantamentos de clientes e receita

Em 2021, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação dos erros na conciliação entre contas a receber de clientes e adiantamentos de clientes, no montante de R\$ 825.526, dos quais R\$ 631.019 referem-se a 2020, R\$ 194.507 referem-se a 2018 e 2019 registrados em receita de anuidades e exames. Destes valores, foram auferidos COFINS nos valores de R\$ 44.268. As referidas correções afetaram o passivo circulante, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração de resultados abrangentes. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

				31 de dezembro de 2020		
	Referência	Original	Reclassificação	Reapresentado		
Balanço patrimonial						
Ativo						
Circulante		15.604.761	-	15.604.761		
Não circulante		<u>3.591.347</u>	-	<u>3.591.347</u>		
Total do ativo		<u><u>19.196.108</u></u>	-	<u><u>19.196.108</u></u>		
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	Nota 3.14	2.378.986	(825.526)	1.553.460		
Não circulante		2.969.760	44.268	3.014.028		
Patrimônio líquido	Nota 3.14	<u>13.847.362</u>	<u>781.258</u>	<u>14.628.620</u>		
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>19.196.108</u></u>	-	<u><u>19.196.108</u></u>		

				31 de dezembro de 2020		
	Referência	Original	Reclassificação	Reapresentado		
Demonstração do resultado						
Receita operacional líquida	Nota 3.14	10.055.499	825.526	10.881.025		
Custo dos serviços prestados	Nota 3.14	-	-	-		
Despesas gerais e administrativas	Nota 3.14	(7.642.540)	(44.268)	(7.686.808)		
Outras receitas operacionais	Nota 3.14	54.356	-	54.356		
Resultado financeiro líquido	Nota 3.14	99.975	-	99.975		
Sperávit do exercício		2.567.290	-	3.348.548		
Demonstração dos fluxos de caixa						
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		3.799.803	-	3.799.803		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(8.007.619)	-	(8.007.619)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	-		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(4.207.815)	-	(4.207.815)		
Demonstração do resultado abrangente						
Sperávit do exercício		2.567.290	781.258	3.348.548		

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	65.080	92.839
Aplicações financeiras (a)	11.772.973	6.182.534
	<u>11.838.053</u>	<u>6.275.374</u>

(a) A aplicação financeira da Associação refere-se a aplicação no Fundo Itaú Soberano Referenciado que possui liquidez imediata e diária e está registrada pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

5. Títulos e valores imobiliários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Títulos e valores imobiliários (a)	7.627.138	7.237.746
	<u>7.627.138</u>	<u>7.237.746</u>

(a) Os títulos e valores imobiliários a Associação referem-se a aplicações no Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX 5 FIX FI que possui liquidação em D+5 e está registrado pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

O fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active Fix 5 FIC FI que busca superar o CDI no longo prazo, através do investimento em ativos de crédito privado com diversificação de emissores financeiros e não financeiros de baixo e médio risco. Não opera ativamente risco de mercado.

- **Risco de Liquidez:** dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, poderá haver descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade de tais ativos.

A Administração entende que a Entidade não está exposta ao risco de liquidez relevante em virtude de não possuir endividamento bancário e o saldo de caixa e equivalentes de caixa serem suficientes para cumprir com todas as obrigações atualmente conhecidas e que estão registradas na data do balanço.

- **Risco de Crédito:** as operações estão sujeitas ao risco de crédito (inadimplência ou mora) de seus emissores e contrapartes, hipótese em que poderá (i) ser reduzida a sua rentabilidade, (ii) haver perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos financeiros.
- **Exposição máxima ao risco de crédito:** Em virtude da entidade não prestar garantias a terceiros e não operar com derivativos e ativos financeiros de longo prazo, a exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo total dos saldos dos ativos financeiros reconhecidos na data do balanço.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

6. Contas a receber de clientes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Anuidades (i)	897.852	868.272
Inscrições de certificação profissional (ii)	1.420.967	974.173
Patrocínios – Eventos	-	139.209
Cursos e treinamentos (iii)	13.019	46.961
Contribuição Associativa Adicional	-	87.312
	<u>2.331.838</u>	<u>2.115.927</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iv)	<u>(110.090)</u>	<u>(102.462)</u>
	<u>2.221.748</u>	<u>2.013.465</u>

- (i) Saldos de anuidades cobradas dos Associados no período de janeiro a dezembro de 2021, referente a anuidades de associados plenos (profissionais certificados), associados não certificados e associados empresariais 2021;
- (ii) Valores referentes a pagamento parcelado de inscrição no 39º Exame de Certificação CFP, realizado no dia 05 de dezembro de 2021;
- (iii) Valores referentes a pagamento parcelado de inscrição no curso de planejamento financeiro 2021;
- (iv) A Associação no exercício findo de 31 de dezembro de 2021 e 2020 adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

7. Adiantamento diversos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos a fornecedores (a)	324.636	70.749
Adiantamentos de salários	2.448	1.950
	<u>327.084</u>	<u>72.699</u>

- (a) Os valores referem-se a adiantamentos a fornecedores da operação da Planejar. Dentre eles, o de maior relevância foi o valor adiantado para a realização do Congresso de 2020 que em função da Pandemia de Covid-19, naquele ano, não foi realizado e o montante devolvido em janeiro de 2022.

8. Garantias e Caução

A rubrica “Garantias e cauções”, no montante de R\$ 36.000 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, refere-se ao pagamento de depósito caução, em vista do aluguel da nova sede da Associação.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

9. Imobilizado e intangível

Consolidado	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Máquinas, e equipamentos	Computadores e periféricos	Marcas e patentes	Software	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.688	29.518	20.738	46.974	1.410	4.872	148.200
Movimentação no exercício							
Adições	11.500	-	-	2.249	-	801.500	815.249
Baixas e alienações	(35.025)	(29.518)	(5.181)	(12.281)	-	-	(82.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.163	-	15.556	36.942	1.410	806.372	881.443
Adições	-	-	-	-	-	167.525	167.525
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.163	-	15.556	36.942	1.410	973.897	1.048.968
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(19.088)	(1.092)	(7.019)	(36.850)	-	(4.872)	(68.921)
Adições	(4.639)	(986)	(1.993)	(7.454)	-	-	(15.072)
Baixas e alienações	18.583	2.078	2.581	13.388	-	-	36.630
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(5.144)	-	(6.431)	(30.916)	-	(4.872)	(47.363)
Adições	(2.116)	-	(1.556)	(3.721)	-	(102.169)	(109.562)
Baixas e alienações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.260)	-	(7.987)	(34.637)	-	(107.041)	(156.925)
Valor líquido contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2020	16.019	-	9.125	6.026	1.410	801.500	834.080
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.903	-	7.569	2.305	1.410	866.856	892.043
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	4%	10%	20%	-	20%	

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

10. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fundação Carlos Chagas	465.657	403.596
Marketing One Comunicação Ltda	85.984	35.839
HSOL Incentive Performance S.A.	56.809	-
Outros fornecedores	51.954	80.425
LEAF Pay Serviços administrativos Ltda	25.155	-
RB consultoria	25.000	-
CS Martins Serviços Administrativos Ltda	20.000	-
F.G. Oliveira Gestão Empresarial	17.680	107.915
RHR Gestão e Negócios – EPP	13.873	27.252
	<u>762.112</u>	<u>655.027</u>

11. Obrigações trabalhistas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisões de férias	23.790	34.251
Autônomos a pagar	17.365	-
INSS a recolher	9.389	10.131
Imposto de renda retido na fonte	6.056	1.818
FGTS a recolher	1.471	2.300
Outros	1.393	401
	<u>59.464</u>	<u>48.901</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

12. Obrigações tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ISS	243.882	154.005
Cofins a recolher	8.664	947
PIS, Cofins e CSLL retido na fonte	4.639	4.513
Imposto de renda retido na fonte	1.403	1.220
ISS retido na fonte	4	993
Outros	-	2
	<u>258.592</u>	<u>161.680</u>

13. Adiantamento de clientes

A rubrica de “adiantamento de clientes” registra, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 110.320 (R\$ 676.340 em 2020 – reapresentado), referindo-se a inscrições em exames que serão transferidos para contas a receber após a emissão da nota fiscal nos meses subsequentes de acordo a data de realização de cada evento.

No ano de 2020, o 34º Exame de Certificação CFP foi cancelado. Além disso, foram feitas postergações de datas nos demais exames. Isso acarretou um alto nível de transferências para os exames de 2021.

Em 2021, o valor refere-se a 82 inscritos que transferiram a data de realização do seu exame para 2022, conforme direito concedido em edital.

14. Patrimônio líquido

A composição do capital social da Associação é o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Patrimônio líquido inicial	14.628.620	11.280.072
Superávit do exercício	6.739.902	3.348.548
	<u>21.368.522</u>	<u>14.628.620</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

15. Receita operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Anuidade associativa (a)	6.767.425	5.154.384
Inscrições de certificação (b)	10.619.518	5.100.724
Patrocínio (c)	452.199	184.000
Cursos e Treinamentos (d)	380.581	339.941
Contribuições Associativas (e)	600.000	600.000
Impostos sobre receitas	(523.611)	(252.577)
Deduções sobre receita	(345.032)	(245.447)
	<u>17.951.080</u>	<u>10.881.025</u>

Segue detalhamentos das fontes de receita da Associação:

- a) Anuidades recebidas dos associados à Planejar (pessoas físicas certificadas CFP®, pessoas físicas não certificadas CFP® e pessoas jurídicas parceiras).
- b) Inscrições para participação nos exames para Certificação CFP®, que pode ser completa (realização de todas as provas dos 06 módulos do exame) ou parcial (realização de 01 ou até 05 módulos do exame). No ano de 2021, foram realizadas as provas para os exames de número 37 (06/junho), 38 (15/agosto) e 39 (05/dezembro);
- c) A receita proveniente de patrocínio é referente à participação dos associados PJ no congresso de planejamento financeiro, evento organizado anualmente pela Planejar, sendo realizado entre os dias 07 e 09 de dezembro.
- d) Inscrição para participação em cursos ofertados pela Planejar em modalidade EaD. Estes cursos são disponibilizados pelas empresas parceiras da Planejar.
- e) Contribuição associativa adicional feita pela Anbima, Associado Sênior da Planejar, conforme nota explicativa nº 21.2;

As deduções sobre receita são referentes à contrapartida de serviços prestados dos departamentos financeiro e jurídico pela Anbima para a Planejar.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Assessoria em certificação	3.692.009	1.855.168
Serviços com terceiros	2.479.826	1.822.949
Marketing e publicidade	1.397.886	506.228
Outras despesas (a)	1.188.048	184.731
Royalties	1.144.115	905.703
Pessoal	937.513	705.511
Provisão para riscos fiscais	873.557	467.686
Feiras e eventos	374.005	412.368
Aluguel	270.588	254.133
Despesas Tributárias	159.761	73.803
Depreciação e amortização	109.562	15.072
Utilidades	23.347	88.659
Provisão para PCLD (b)	7.628	323.724
Manutenção	7.188	10.910
Ocupação	1.418	60.163
	<u>12.666.451</u>	<u>7.686.808</u>

- (a) A rubrica Outras despesas está representada principalmente por: Manutenção e desenvolvimento de cursos EAD e gastos diversos.
- (b) O cálculo da provisão para PCLD é composto pela variação entre as contas de balanço de 2020 para 2021, considerando o que efetivamente foi baixado para perdas em janeiro e fevereiro de 2022 somando ao percentual de 10% sobre o contas a receber que não está parcelado via cartão de crédito.

17. Resultado financeiro líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	844.287	417.518
Outras receitas financeiras (a)	147.930	84.257
Variação cambial ativa	2.128	3.830
	<u>994.345</u>	<u>505.605</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(49.759)	(75.177)
Variação cambial passiva	(1.670)	(1.114)
Juros Selic	(109.158)	(54.027)
Taxa administrativa de cartão	(229.406)	(141.478)
Outras despesas financeiras	(6.268)	(6.237)
Perdas em operações financeiras	-	(127.597)
	<u>(396.261)</u>	<u>(405.630)</u>
	<u>598.084</u>	<u>99.975</u>

- (a) A rubrica outras receitas financeiras está representada por: Juros Selic sobre depósito judicial e juros ativos recebidos de clientes.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

18. Cobertura de seguros

A Associação possuía contrato de seguro de responsabilidade civil dos administradores “D&O” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com vigência até 14/07/2022, sendo o limite máximo de cobertura R\$ 3.000.000.

19. Provisão para demandas judiciais

Entre os processos judiciais que envolvem a Associação, há processos de natureza fiscal e cível. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

COFINS – A Associação detém em andamento processo (nº 2010.03.00.001480-4) no Foro TRF3 – 3ª turma, no qual tem como objetivo o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento da COFINS, inclusive em relação às receitas provenientes da prestação de serviços aos associados.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral da COFINS, devidamente atualizado, referente aos últimos cinco anos. A partir desta data, mensalmente, a Associação apura e efetua os depósitos judiciais da COFINS sobre o faturamento, a alíquota de 7,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado dos depósitos judiciais totalizaram R\$ 3.357.410 (R\$ 2.721.267 em 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado da provisão para riscos fiscais provisão sobre a COFINS totalizaram R\$ 3.707.444 (R\$ 3.014.028 em 2020).

A Associação Brasileira de Planejamento Financeiro – Planejar não detém outras contingências além das anteriormente divulgadas.

CAUSAS CÍVEIS - A Associação detém em andamento processo (nº 1057985- 47.2020.8.26.0053) na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, no qual tem como objeto o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento do ISS sobre royalties.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral do ISS, devidamente atualizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante atualizado dos depósitos judiciais totaliza R\$ 38.268,44.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

A Associação detém em andamento processo (nº 1016758-96.2021.8.26.0100) na 18ª Vara Cível do Foro Central Cível, no qual tem como objeto Ação Monitória para cobrança de valores decorrentes do contrato de associação e patrocínio do evento, sendo réu a Bit Corretora.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é possível e apontam o prognóstico como possível observadas as regras da CPC 25, pois, ainda que tenha sido manifestada a intenção da ré de não continuar como associada antes do ajuizamento da demanda, nosso pedido está bem fundamentado. Valor da causa: R\$ 30.782,58 (trinta mil e setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Valor envolvido (possível condenação): R\$ 3.078,26

A movimentação do ativo e passivo seguem demonstradas abaixo:

Movimentação da provisão para ricos fiscais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	3.014.028	2.492.314
Constituição no exercício	873.557	467.686
Atualização Selic	109.158	54.028
Crédito sobre insumos	(289.299)	-
	<u>3.707.444</u>	<u>3.014.028</u>

Movimentação dos depósitos judiciais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	2.721.267	2.321.995
Constituição no exercício	567.402	345.305
Atualização Selic	68.741	53.967
	<u>3.357.410</u>	<u>2.721.267</u>

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

20. Outras receitas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras Receitas	857.188	19.411
Serviço com terceiros	-	34.495
	<u>857.188</u>	<u>54.946</u>

A Associação realizou uma conciliação detalhada do contas a receber e adiantamento de clientes que resultou em um saldo não conciliado de R\$ 857.188. Em virtude deste processo, a Associação decidiu reconhecer no resultado do exercício em outras receitas para melhor apresentação das rubricas do balanço patrimonial.

21. Partes relacionadas

21.1 Direitos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Associação detém como parte relacionada a Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, estatutariamente classificado na categoria de Associado Sênior, o qual lhe confere os direitos:

- votar nas Assembleias Gerais da Planejar;
- apresentar sugestões à Diretoria Executiva;
- requerer a convocação da Assembleia Geral nas formas previstas no Estatuto da Planejar;
- retirar-se da Planejar;
- indicar 8 (oito) dos 16 (dezesesseis) representantes a cargos de Conselho de Administração;
- nomear com exclusividade o presidente e o vice-presidente do Conselho de Ética e;
- vetar deliberações da Assembleia Geral que versem, direta ou indiretamente, sobre o objeto social, a administração da Associação e seus órgãos, criação de novas classes ou modificação das classes de associados existentes, contribuições, liquidação e auditoria da Associação.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020

21.2 Receita e despesas com subvenção

A Associação formalizou acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima em 1º de Agosto de 2014, onde constam todos para os critérios de rateio e demais premissas para este ressarcimento de despesas incorridas pela Associação que passou a contribuir apenas com gestão administrativa, financeira, contábil e operacional, que totalizou um gasto R\$ 345.032 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 245.447 em 2020).

Em 1º de Janeiro de 2020, a Associação formalizou o Termo de Compromisso de Contribuição Associativa Adicional com a Anbima, onde as partes reconhecem que o presente Termo representa a intenção temporária, da Anbima em auxiliar o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais. Caso a Planejar ainda não possua presença e conhecimentos sólidos e consolidados no mercado quando do decurso do prazo do presente Termo, que tem validade até 31 de dezembro de 2022, que poderá ser revista. A Contribuição Associativa Adicional estará limitada, no máximo, R\$ 600.000,00 por ano, podendo ser paga em recursos financeiros ou deduzida, pro rata, do valor devido pela Planejar à Anbima, consoante Acordo de Compartilhamento de Custos e Despesas firmado em 1º de Agosto de 2014.

22. Instrumentos financeiros

A planejar não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23. Remuneração da administração

A Planejar é uma Associação sem fins lucrativos. Por esta razão, não tem finalidade de lucro e não remunera o corpo diretivo, que é composto por: Conselho de Administração (antiga Diretoria Executiva), Conselho Fiscal e Conselho de Normas Éticas. No artigo 31, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Planejar, é informado que o cargo de conselheiro não é remunerado. Em 18 de setembro de 2019, a Planejar aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, alteração de estatuto onde houve a conversão da antiga Diretoria Executiva em Conselho de Administração.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.